



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150859 - PI (2021/0233908-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : AQUILES LADISLAU DE SOUSA (PRESO)  
**ADVOGADO** : MARDSON ROCHA PAULO - PI015476  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
**CORRÉU** : AUDENIR LADISLAU DE SOUSA  
**CORRÉU** : GIL CARLOS DE SOUSA BRITO  
**CORRÉU** : ARMINO NETO DE SOUSA BRITO  
**CORRÉU** : SAMARA DE BRITO OLIVEIRA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por AQUILES LADISLAU DE SOUSA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (HC n. 0754055-47.2021.8.18.0000).

O recorrente foi preso preventivamente por suposta prática do delito previsto no art. 121, §2º, inciso IV, c/c art. 14, II, do Código Penal.

Sustenta que faz jus à extensão dos efeitos da concessão da liberdade à corré, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, tendo em vista a identidade da situação fático-processual de ambos.

Afirma que são "primários e sem qualquer registro criminal ou investigação policial anterior, também se encontram processados e pronunciados sem qualquer distinção e conforme às mesmas reprimendas legais" (e-STJ fl. 177).

Requer, liminarmente e no mérito, seja-lhe estendida a liberdade deferida à corré Samara de Brito Oliveira, com imposição de medidas cautelares diversas da prisão, caso se entenda necessárias.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, constata-se, em uma análise preliminar dos autos, que a negativa do pedido de extensão foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ fl. 163):

*Ao contrário do que alega a defesa, inexistente similitude fático-jurídica entre os réus, uma vez que a corré obteve a liberdade por conta da inexistência de representação de prisão preventiva por autoridade policial ou ministério público, ao contrário do paciente (0000389-42.2019.8.18.0066).*

*Ademais, apesar de ambos serem detentores de condições pessoais favoráveis, a participação deles ocorreu de forma diversa, enquanto Samara seria a informante, Aquiles foi apontado como o executor do crime, pois teria realizado a emboscada e desferido disparos de arma de fogo contra a vítima, justificando,*

*a necessidade da segregação cautelar para garantia da ordem pública, mostrando-se então ineficazes as medidas cautelares alternativas. Portanto, tais circunstâncias demonstram a patente distinção entre a situação do paciente e a da corré, o que impossibilita a aplicação do art. 580 do CPP.*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência